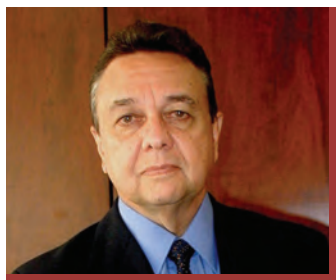


Diário de bordo

Cooperativas e pós-crise



Roberto Rodrigues*

A CRISE financeira afetou diferentemente os setores da economia e as suas empresas. Obviedade acaciana é que aquelas que estavam alavancadas sofreram muito mais, sobretudo com a escassez do crédito.

As cooperativas, no mundo todo, resistiram mais galhardamente às crises econômicas globais anteriores do que suas concorrentes tradicionais do mercado. Na crise asiática passada, os bancos cooperativos daquele continente praticamente não foram afetados, enquanto os comerciais perderam muito dinheiro e alguns quebraram.

A Aliança Cooperativa Internacional solicitou à OIT um estudo sobre a capacidade de resistência na atual crise, com resultados instigantes. Ficou evidenciado que as cooperativas de crédito estão sólidas, inclusive aumentando o capital. Há uma clara interpretação de que empresas com valores e princípios éticos e morais como os da doutrina cooperativa têm crescente chance de sucesso na nova economia que emergirá no pós-crise, a chamada “economia verde”.

Onde está a diferença? Em primeiro lugar, a cooperativa é um modelo empresarial focado nas pessoas, oferecendo-lhes serviços para melhorar sua condição econômica e, a partir daí, a social. Em outras palavras, o objetivo da cooperativa não é o seu lucro, mas o progresso sustentável de gente da comunidade onde se instala.

Por outro lado, o cooperado tem um triplice papel na sua empresa: ele é ao mesmo tempo associado, usuário e investidor. Sendo assim, há uma tendência das cooperativas correrem menos riscos. Claro que terão, com isso, menos lucro, mas este não é mesmo sem objetivo.

Por isso é que os bancos cooperativos resistem mais às crises, seus dirigentes, que são cooperados, não arriscam o capital da cooperativa porque o fracasso os atingirá, além de atingir o corpo associado.

É a razão pela qual, também, as cooperativas mantêm os empregos de seus funcionários, assegurando a renda das famílias. Elas ainda garantem que os preços dos produtos e serviços se mantenham em níveis razoáveis, e com boa qualidade e confiabilidade. Sempre pensando nas pessoas.

Assim as cooperativas mostram bem o seu compromisso com a responsabilidade social e com a famosa sustentabilidade, nas suas três vertentes, a econômica, a social e a ambiental.

Elas não são instituições românticas ou sociedades de poetas mortos. São empresas, devem ser eficientes e competitivas, devem dar resultado financeiro positivo, tudo como qualquer outra empresa. Mas têm seus valores que fazem a diferença.

Governos de todos os continentes estão interessados em impulsionar o cooperativismo, compreendendo que este é o braço econômico da organização social, e aliado na defesa da democracia.

Se as lideranças mundiais do movimento souberem se posicionar ante as instituições multilaterais e aos governos, o cooperativismo tem grande chance de contribuir positivamente para o novo mundo que vem surgindo depois da crise. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Ar-condicionado



Cesário Ramalho da Silva*

É IMPOSSÍVEL fugir do debate ambiental. O tema é, sem sombra de dúvidas, o mais importante para o agronegócio no momento. A Sociedade Rural Brasileira (SRB) se mobiliza-se para justificar técnica e cientificamente a necessidade de mudança na legislação ambiental, bem como defender os produtores rurais de falsas acusações.

É fundamental deixar claro que o agronegócio organizado do País é peremptoriamente contra o desmatamento, seja na Amazônia ou em qualquer outra região. Posição defendida pela SRB há muito tempo, a agropecuária brasileira não precisa desmatar, pois tem totais condições de crescer em eficiência e produtividade, principalmente a pecuária. Recuperados, milhões de hectares de solos degradados existentes podem e devem ser incorporados à produção rural.

A derrubada da floresta decorre de direitos de propriedades mal definidos, que inviabilizam a ação fiscalizadora do Estado, deixando assim a mata vulnerável para ação de grileiros e desmatadores, aventureiros, que não podem manchar a reputação dos produtores rurais brasileiros.

Todavia, entendemos que a pecuária já instalada na Amazônia, fruto do estímulo governamental de décadas atrás, deve ser respeitada, mas, obviamente legalizada do ponto de vista ambiental. A desorganização fundiária é o gatilho do desmata-